

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021

PREGÃO N.º 03/2021

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo para Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nos termos do convênio nº 888968/2019 do Ministério da Cidadania, parte integrante do processo nº 71000.07096/2019-48.

- APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES: 03/02/2021, ATÉ AS 09h00min
- ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO: 03/02/2021, ÀS 09h00min
- LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, n.º 100, Centro, em São João do Manhuaçu/MG, CEP: 36.918-000.
- CONSULTAS AO EDITAL: NA SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, n.º 100, Centro, em São João do Manhuaçu/MG, CEP: 36.918-000.
- ESCLARECIMENTOS: ATRAVÉS DO TELEFAX: (33) 3377-1200, ATRAVÉS DO EMAIL: licitacao@saojoaodomanhuacu.mg.gov.br.



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021

PREGÃO N.º 03/2021

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/MG, inscrito no CNPJ sob o n.º 66.232.521/0001-82, com sede administrativa na Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, n.º 100, Centro, em São João do Manhuaçu/MG, isenta de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Licitatório n.º 07/2021,** na modalidade **Pregão n.º 03/2021,** na forma presencial, do **tipo menor preço por ITEM**, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

Os trabalhos serão conduzidos pela servidora da Prefeitura Municipal de São João do Manhuaçu/MG, Ana Aparecida Domiciano, designada Pregoeira, e sua Equipe de Apoio, de acordo com a Portaria n.º 222 de 14 janeiro de 2020.

O credenciamento dos licitantes será no dia 03 de fevereiro de 2021, até as 09h00min A abertura oficial da sessão do pregão será no dia 03 de fevereiro de 2021, às 09h00min horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, n.º 100, Centro, em São João do Manhuaçu/MG.

I - OBJETO

1 - Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo para Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nos termos do convênio nº 888968/2019 do Ministério da Cidadania, parte integrante do processo nº 71000.07096/2019-48.

II - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 1 Poderão participar qualquer licitante que atenda às condições de habilitação estabelecidas no Título VI, deste instrumento convocatório.
- 1.1 Licitação destinada exclusivamente a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, sediadas na Microrregião de Manhuaçu, conforme definição do IBGE (n.º 61), em atendimento ao artigo 48,



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

inciso III, da Lei Complementar 123/2006, visando o fortalecimento da economia regional.

- 1.2 Caso não haja o comparecimento de, pelo menos, 3 (três) Empresas enquadradas na forma do subitem anterior, o certame será aberto para qualquer interessado, independentemente de enquadramento ou sede territorial.
- 2 Não poderá participar da presente licitação empresa:
- a) suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração;
 - b) em consórcio;
 - c) com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;
- 3 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
- 4 As normas disciplinadoras da licitação na modalidade pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

III - CREDENCIAMENTO

- 1 Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira, devidamente munidos de: carteira de identidade ou documento legal equivalente, documento que o credencie a participar deste certame procuração por instrumento público ou particular, através da qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante.
- 2 O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente e o respectivo Estatuto ou Contrato Social atualizado.
- 3 O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo II e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.
- 4 O representante nomeado pelo licitante para participar dos lances verbais, deverá apresentar, além do documento de credenciamento, o respectivo Estatuto ou Contrato Social atualizado, ou documento equivalente, bem como Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial competente e Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).
- 5 O licitante ou seu representante deverá apresentar declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº. 10.520/2002, conforme modelo estabelecido no Anexo III, documento este que deverá ser apresentado junto com o documento de Credenciamento (Anexo II), quando for o caso, ou seja, não deverá ser colocado dentro do envelope de "Documentação de Habilitação".



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

- 6 Caso o licitante encaminhe a Proposta Comercial e a Documentação para Habilitação via postagem, a mesma será considerada que o licitante cumpre plenamente os requisitos mencionados no Anexo III.
- 7 O credenciamento do licitante, ou de seu representante legal junto à Pregoeira, implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.
- 8 Para comprovação de enquadramento como Microempresas (ME's), Empresas de Pequeno Porte (EPP's) e Microempreendedores Individuais (MEI's), deverá o licitante apresentar DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DE SER ME OU EPP), conforme modelo em anexo.
- 9 Somente o licitante que estiver devidamente credenciado poderá participar da fase de lances verbais, conforme item 3, do Título VII.

IV- APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - Os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser entregues à Pregoeira na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/MG PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021 PREGÃO N.º 03/2021 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/MG PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021 PREGÃO N.º 03/2021 "PROPOSTA COMERCIAL" RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ

V - PROPOSTA COMERCIAL

1 - A proposta deverá ser preenchida em formulário fornecido pela Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO MANHUAÇU, a qual contenha todos os dados do formulário fornecido pela Prefeitura, em via única, linguagem clara, sem rasuras,



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

emendas ou entrelinhas, devidamente assinadas por representante legal da empresa.

- 2 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital.
- 3 O preço deverá ser cotado considerando-se que é de total responsabilidade do licitante todas as despesas as despesas com taxas, impostos, tributos encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas.
- 4 Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, em numeral, com 2 (duas) casas decimais.
- 5 A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 6 Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.
- 7) Indicação, quando for o caso da marca e do modelo do bem, a fim de caracterizar o produto oferecido.
- 7.1) Somente ficará isento de apresentação da marca quando o produto não oferecer bem como de serviços.
- 8. Fica condicionado a PREGOEIRA a análise da desclassificação se ocorrer, podendo usar de suas prerrogativas, no interesse público, levantar e buscar outros meios necessários para solução.

VI - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a seguinte documentação, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo pregoeiro ou por funcionário por ele indicado, ou publicação em órgão de imprensa oficial:

1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- b) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "a", deste subitem;
- c) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal, quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria/MF 358 (05/09/14), alterada pela Portaria/MF 443 (17/10/14);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g)Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida via internet pelo TST Tribunal Superior do Trabalho).

1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Quando não declarado seu prazo ou data de validade, que tenha sido expedida a no máximo 90 (noventa) dias anteriores a da data de abertura deste pregão.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, dispensando-se nos casos de Empresas enquadradas como ME, EPP ou MEI.



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

1.4 - DEMAIS DOCUMENTAÇÕES:

- a) Declaração do licitante de que não possuí em seu quadro de pessoal empregado (s) menores dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do Decreto Federal 4.358/2002, nos termos do Art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93.
- b) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo, nos termos do Art. 32, § 20 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 2 A apresentação do CRC Certificado de Registro Cadastral, que esteja dentro do prazo de validade, substituirá os documentos relacionados nos itens 1.1 a 1.6, deste Título.
- 3 No caso de não constar no Certificado de Registro Cadastral CRC, deste Título, o licitante deverá complementar a documentação relacionada nos itens 1.1 a 1.6, inserindo no envelope de habilitação a documentação exigida em original ou em cópia autenticada, sob pena de inabilitação a não observância desta exigência;
- 4 A Pregoeira poderá efetuar consulta a pasta de cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO MANHUAÇU, para fins de aferição de dados omissos no Certificado de Registro Cadastral CRC, e ainda ao site dos órgãos responsáveis pela emissão das certidões relacionadas nos itens acima mencionados, para confirmação e autenticidade das certidões emitidas.
- 5 A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará o licitante, sendo aplicado o disposto no subitem 4.3, do Título VII.
- 6 As Microempresas (ME's) e Empresas de Pequeno Porte (EPP's) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição; nos termos da Lei Complementar 123/2006.
- 7 Caso exista alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

9 - Deverá constar do documento de constituição da empresa objeto compatível com o constante desta licitação.

VII - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, e no horário determinado, a Pregoeira declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitarão novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

2 - Classificação das Propostas Comerciais

- 2.1 Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- 2.2 A Pregoeira classificará a proposta de menor preço por item e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço; não obtendo o limite, a Pregoeira procederá à abertura com os devidamente credenciados a participarem dos lances verbais.
- 2.3 Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até que se alcance o numero máximo de 3 (três) proposta; não obtendo o limite, a Pregoeira procederá à abertura com os devidamente credenciados a participarem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

3 - Lances Verbais

- 3.1 Aos licitantes classificados e devidamente credenciados, para participação na etapa de lances, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço aos demais e em ordem decrescente de valor.
- 3.2 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 3.3 Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pela Pregoeira.
- 3.4 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

4 - Julgamento

- 4.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM.**
- 4.2 Declarada encerrada a etapa competitiva, e ordenadas as ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito.
- 4.3 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 4.4 Em havendo apenas uma oferta, e desde que esta atenda a todos os termos do edital, e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 4.5 Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual tenha apresentado proposta.
- 4.6 Sendo aceitável a oferta de menor preço unitário, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 4.7 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, a Pregoeira poderá negociar com o proponente para que seja obtido melhor preço.
- 4.8 Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar n.º 123/2006, com redação dada pela LC 147/2014, será observado:
- a) Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME's e EPP's sejam iguais ou até 5% superiores á melhor proposta classificada na fase de lances;
- b) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- c) Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

- d) No caso de equivalência de valores apresentados pelas ME's ou EPP's, que se encontrem enquadradas no disposto na alínea "a", será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta:
- e) Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas alíneas "b" e " c", o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 4.9 O procedimento previsto no subitem 4.8 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial, apurada na fase de lances, não tiver sido apresentada por ME ou EPP.
- 5 Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos licitantes.
- 6 Decididos os recursos, ou transcorrido o prazo para sua interposição, a Pregoeira devolverá aos licitantes, exceto aos vencedores, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

VIII - IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar IMEDIATA E MOTIVADAMENTE a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso em original, não aceitando via fax símile ou e-mail, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.
- 2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso.
- 3 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 4 O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

IX- ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 1 A adjudicação do objeto licitado será feita **por ITEM**, observado o disposto no presente processo licitatório.
- 2 Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

3 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

X – DA FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1 O setor competente para receber e fiscalizar o objeto desta licitação, será o Departamento Municipal de Assistência Social.
- 2 Para atender aos seus interesses, a Prefeitura Municipal reserva-se o direito de alterar quantitativos, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, da Lei 8.666/93.
- 3 O licitante deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a homologação, comparecer na sede da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO MANHUAÇU, para a assinatura do Instrumento Contratual, objeto do presente Processo Licitatório.

XI- PAGAMENTO

1 - As dotações orçamentárias para os exercícios de 2020, destinadas aos pagamentos do objeto licitado, estão previstas e indicadas no processo pela área competente da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO MANHUAÇU - MG, sob a rubrica:

02.10.08.244.0029.2.058.339030-ficha 2329.

- 2 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pela Prefeitura Municipal, após a apresentação do documento fiscal correspondente, no prazo de 30 dias.
- 2.1 Na fatura/nota deverão estar destacados os valores relativos ao INSS e ao ISSQN, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.
- 2.2 Fica expressamente estabelecido que, no pagamento acima, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

XII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

Federal ou Municípios, e será descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrito, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

- 2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:
- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução dos serviços;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de a adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a consegüente rescisão contratual;
- 3 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser paga por meio de guia própria, a Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da sua aplicação.
- 4 As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
- a) **Anexo I**: Formulário para preenchimento e apresentação da Proposta Comercial;
 - b) **Anexo II**: Modelo de Carta de Credenciamento;
- c) **Anexo III**: Modelo de Declaração em cumprimento ao art. 4º, inciso VII, da Lei Federal 10.520/2002
- d) **Anexo IV**: Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil
 - e) **Anexo V**: Declaração de fato superveniente.
 - f) Anexo VI: Minuta Contratual;
- g) **Anexo VII**: Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese ser uma ME ou EPP);
 - h) Anexo VIII: Termo de Referência.
- 2 A Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/MG reserva-se o direito de rejeitar as propostas apresentadas, revogar, suspender ou prorrogar esta licitação por motivos supervenientes/discricionariedade de justificável interesse público.
- 3 Das decisões da Pregoeira caberá recurso no prazo legal.
- 4 Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas em ofertas de outro licitante.



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

- 5 A revogação ou anulação do processo licitatório não gera direito de indenização a nenhum dos licitantes.
- 6 Decairá do direito de impugnar o edital ou parte dele o licitante que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese que não será considerada para efeito de recurso, sendo apresentado até 48 horas antes da abertura do certame em original protocolado a sede da Prefeitura, na sala de licitações, não sendo admitido via fax símile ou e-mail.
- 7 A apresentação da proposta implica plena e total aceitação das condições deste instrumento convocatório, ficando automaticamente prejudicada a proposta que o contrarie.
- 8 Fica entendido que toda a documentação apresentada neste instrumento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e omita em outro, será considerado especificado e válido.
- 09 A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município de SÃO JOÃO DO MANHUAÇU e a terceiros, decorrente da execução dos serviços contratados, inclusive acidentes e mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o Município de todas as reclamações que surgirem. Deverão, contudo, informar imediatamente à Prefeitura sobre eventual ocorrência de quaisquer dos fatos citados.
- 15 Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na sala da Comissão Permanente de Licitações, no horário de 13h00 às 16h00, no endereço indicado no preâmbulo.
- 16 Fica eleito o foro desta Comarca de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Prefeitura de São João do Manhuaçu/MG, 21 de janeiro de 2021.

Ana Aparecida Domiciano PREGOEIRA



DE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Observação: O licitante proponente deverá preencher a proposta através do Programa Gerador de Proposta, que será encaminhado junto com o edital convocatório para preenchimento.

PARA Prefeitura municipal de São João do Manhuacu								
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU REF.: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021. Prezados Senhores, Estamos apresentando proposta de preços, nos termos seguintes:								
ITEM	DESCRIÇÃ	O MARCA	UNID	QUANT	VR.UNIT	VR.TOTAL		
Declaramos ter total conhecimento das condições da presente licitação e a elas nos submetemos para todos os fins de direito. Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos todos os documentos da licitação. Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital. Validade da proposta: 60 (Sessenta) dias								
	_	AS	SSINATUR	łΑ				



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021 PREGÃO N.º 03/2021

Pelo	presente	instrumento,	credenciamos	o(a)	Sr.(a)
, p		ımento de Identida			e CPF nº
			reuniões relativas ad	•	
oropost propost	as, manifestar-se as comerciais, r	e em nome da emp ubricar documento	do a requerer vistas presa, desistir e interp s, assinar atas e pro ue tudo daremos por	oor recursos aticar todos	s, assinar s os atos
		,c	le	de 2021.	
Assin	atura do signatár	io (Representante I	_egal):		



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021 PREGÃO N.º 03/2021

MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO

Obs: Esta declaração deve ser apresentada junto com os documentos de credenciamento.



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021 PREGÃO N.º 03/2021

DECLARAÇÃO (Art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93)

, inscrito no CNPJ nº
por intermédio de seu representante legal, Sr.(a)
portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPf
nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro
de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso o
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de
aprendiz. (Manter ou excluir esta ressalva, conforme o caso).
(Local e data)
(Representante legal)



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021 PREGÃO N.º 03/2021

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

				inscrito	no C	NPJ	nº
, po	or intermédio	de seu	represer	ntante	legal,	Sr.	(a)
	, portador(a	a) da	Carteira	de la	dentida	de	nº
e	do CPF nº		, DE	CLARA,	para	fins	os
devidos fins e efeitos le	gais que não ten	n nenhum fa	ato superve	eniente i	impedit	ivo pa	ıra
participação no Proces	so Licitatório nº (07/2021/Pre	egão Prese	encial nº	03/20	21, tu	do
conforme preceitua a le	gislação vigente.						
	Por ser a ex	pressão da	verdade,	firmo o	preser	nte pa	ıra
todos os fins e efeitos le	egais.						
-	(Loc	al e data)		_			
_	Represe	entante lega	 al	_			



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO VI - MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021 PREGÃO N.º03/2021

Contratoque entre si celebram o Município de SÃO JOÃO DO MANHUAÇU-MG e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contrato que entre si fazem de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/MG , inscrito no CNPJ sob o n.º 66.232.521/0001-82, com sede administrativa na Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, n.º 100, Centro de São João do Manhuaçu/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Lúcio Camilo, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF sob o n.º 837.636.516-91, portador da cédula de identidade RG n.º MG 7.620.660 – SSP/MG, domiciliado em São João do Manhuaçu/MG, doravante denominado CONTRATANTE , e a Empresa, com sede na, no Município de, inscrito no CNPJ sob o n.º, doravante denominada CONTRATADA ; sob os preceitos da Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal 10.520/2002, e suas alterações, e mediante as seguintes Cláusulas e
Condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1 – Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo para Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nos termos do convênio nº 888968/2019 do Ministério da Cidadania, parte integrante do processo nº 71000.07096/2019-48.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO
2.1 – Fundamenta-se tal contratação no Processo Licitatório n°07/2021, Pregão n° 03/2021, de conformidade com as Leis 123/2006 e 8.666/93 e suas alterações.
CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR GLOBAL
3.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ () pelo objeto especificados no Anexo I, e o pagamento ocorrerá, após a apresentação do documento fiscal correspondente, no prazo de 30 dias.
3.2 – O atraso injustificado no pagamento fará incidir juros monetários a razão de 2% (dois por cento) ao mês, calculado sobre o valor da fatura a ser pago, cobrável através de Nota de Débito emitida contra a aqui CONTRATANTE .



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

CLÁUSULA QUARTA: FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 − O setor competente para receber e fiscalizar, objeto desta licitação, será o Departamento de Assistência Social.
- 4.2 Para atender aos seus interesses, a Prefeitura Municipal reserva-se o direito de alterar quantitativos, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PRAZOS

5.1 — O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de até 31 de dezembro de 2020, a contar da data da assinatura do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES

- 6.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da adjudicatária/contratada, sujeitando-se às sanções previstas no artigo 87 da lei 8.666/93:
 - a) Advertência;
- b) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração conforme, disposto no inciso III, art. 87 da Lei 8.666/93;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 6.2 É competente para aplicar as sanções de advertência e multa o Secretário de Administração.
- 6.3 A aplicação da declaração de inidoneidade é de competência do Prefeito Municipal, facultada a defesa do contratado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.
- 6.4 Na aplicação das penalidades previstas será facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 6.5 No caso de não atendimento ao objeto contratado, prevalecerão as seguintes multas:
- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30° (trigésimo) dia de atraso na execução dos serviços;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de a adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a conseqüente rescisão contratual.
- 6.6 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser paga por meio de guia própria, a Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

6.7 – As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

- 7.1 Responsabilidades do Contratante: O Contratante fica responsável por efetuar os pagamentos ao Contratado de acordo com a cláusula terceira deste contrato.
- 7.2 Responsabilidade do Contratado:
- a) É de total responsabilidade do licitante todas as despesas relativas a execução do objeto desta licitação.

CLÁUSULA OITAVA: CONDIÇÕES GERAIS

8.1 – Obedecerá aos princípios da lei 8666/93.

CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 02.10.08.244.0029.2.058.339030-ficha 2329.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

- 10.1 A rescisão do presente contrato poderá ser:
- a) Determinada por ato motivado da Administração, após processo regular assegurado a contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78, inciso I, XII e XVII e § Único do referido artigo da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
 - c) Judicial, nos termos da legislação.
- 10.2 Nos casos de rescisão do contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

- 11.1 Fica eleito o foro da comarca de Manhuaçu/MG, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.
- 11.2 E, por estarem assim justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

Prefeitura Municipal de	São João Do Manhuaçu/MG de	de 2021
	Contratante Sérgio Lúcio Camilo Prefeito Municipal	
	Contratado	
Testemunhas:	CPF:	
Testemunhas:	CPF:	

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DE SER ME OU EPP)



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2021 PREGÃO 03/2021

DECLARAÇÃO

licitaçã empre	ão na	modal	a todos o idade pre	egão, r	a forma	a pres	encial, _,CNPJ	sob	Nº	/	_, que	
						_,esta	sob re	gime	de m	icroem	presa	ou
	esa de p dezem		no porte, 2006.	para efe	eito do c	disposto	na Le	i Com	nplem	entar r	nº 123,	de
						_,	de			_ de 2	021	
				(Local e	Data)						
			Ass	sinatura	do repr	esenta	nte lega	al				

ANEXO VIII – TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

1. OBJETO

1.1. O objeto deste pregão é para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo para Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nos termos do convênio nº 888968/2019 do Ministério da Cidadania, parte integrante do processo nº 71000.07096/2019-48, conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	Valor Médio	Valor Total
1.	Alfinete - Caixa com 100 unidades.	CAIXA	5	R\$ 19,00	R\$ 95,00
2.	Balas - Pacote com 100 unidades	PCT	2	R\$ 29,00	R\$ 58,00
3.	Balões coloridos.	UNID	100	R\$ 8,84	R\$ 884,00
4.	Barbante Colorido para artesanato. Rolo com 710 metros - cores variadas	ROLOS	20	R\$ 11,25	R\$ 225,00
5.	Bastão de Cola quente, grosso. Comprimento: 30cm, espessura:11,2mm.	UNID	24	R\$ 8,28	R\$ 198,72
6.	Bola de isopor - Tamanho: grande	UNID	30	R\$ 4,50	R\$ 135,00
7.	Bola de isopor - Tamanho: médio	UNID	30	R\$ 4,50	R\$ 135,00
8.	Bolas de isopor - Tamanho: pequeno	UNID	30	R\$ 4,20	R\$ 126,00
9.	Bolas douradas - para enfeite de natal. Tamanho: Grande.	UNID	20	R\$ 14,90	R\$ 298,00
10.	Bolas vermelhas - para enfeite de natal. Tamanho: Médio	UNID	20	R\$ 14,90	R\$ 298,00
11.	Bombom – pacote de 01 kg	UNID	500	R\$ 38,74	R\$ 19.370,00
12.	Cadeiras de plástico	UNID	200	R\$ 42,31	R\$ 8.462,00
13.	Caderno Brochurão - 60 folhas.	UNID	70	R\$ 13,90	R\$ 973,00
14.	Caderno capa dura -60 folhas.	UNID	45	R\$ 5,60	R\$ 252,00



ESTADO DE MINAS GERAIS

-	CNPJ: 66.	232.521/0	001-82		
15.	Caderno capa dura -60 folhas.	UNID	45	R\$ 19,73	R\$ 887,85
16.	Caderno capa dura pequeno – 48 folhas,	UNID	30	R\$ 3,50	R\$ 105,00
17.	Caderno tipo espiral – pautado, pequeno, 48folhas	UNID	20	R\$ 4,74	R\$ 94,80
18.	Camiseta	UNID	200	R\$ 24,99	R\$ 4.998,00
19.	Caneca de Plástico – transparente. Capacidade 300ml.	UNID	100	R\$ 5,02	R\$ 502,00
20.	Caneta esferográfica azul №07 –Caixa com 50 unidades.	CAIXA	5	R\$ 28,71	R\$ 143,55
21.	Caneta marca texto c/12- amarela, tinta fluorescente a base d'água.	CAIXA	2	R\$ 22,99	R\$ 45,98
22.	Caneta permanente – Cores: preto e branco	UNID	24	R\$ 5,30	R\$ 127,20
23.	Canudinhos de refrigerante colorido	UNID	1000	R\$ 1,97	R\$ 1.970,00
24.	Cartolina - medindo 50X66cm mínimo 150g/m2. Cores variadas.	UNID	200	R\$ 1,92	R\$ 384,00
25.	Chocolate ao leite com sabor crocante. Caixa com 20 unidades.	CAIXA	20	R\$ 29,80	R\$ 596,00
26.	Clipes n.º 03 - em aço niquelado ou galvanizado, caixa com 50 unidades.	CAIXA	5	R\$ 21,80	R\$ 109,00
27.	Cola bastão 20gr.	UNID	24	R\$ 4,90	R\$ 117,60
28.	Cola branca - 100gr	UNID	34	R\$ 5,61	R\$ 190,74
29.	Cola de EVA100g.	UNID	24	R\$ 2,30	R\$ 55,20
30.	Cola de silicone líquida, 100g.	UNID	24	R\$ 3,69	R\$ 88,56
31.	Cola gliter a base de PVA, de 25g cada. Cores variadas.	UNID	48	R\$ 7,20	R\$ 345,60
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		



ESTADO DE MINAS GERAIS

32.	CNPJ: 66.	UNID	40	R\$ 6,50	R\$ 260,00
33.	Cola multicolagem para tecido	UNID	12	R\$ 46,13	R\$ 553,56
34.	Cola permanente - pote em PVC resistente, com tampa lacrada, na cor especifica do produto. Embalagem de 37g.	UNID	100	R\$ 40,95	R\$ 4.095,00
35.	Corretivo - líquido, à base de água, 25g.	UNID	12	R\$ 2,25	R\$ 27,00
36.	Estilete-Largo,18mm	UNID	24	R\$ 3,80	R\$ 91,20
37.	Estojo de canetinhas, de plástico, cx com 12 unidades.	CAIXA	30	R\$ 28,10	R\$ 843,00
38.	Feltro - cores variadas	METRO	50	R\$ 20,50	R\$ 1.025,00
39.	Fio de nylon 0,50 x 100 m	ROLO	5	R\$ 76,31	R\$ 381,55
40.	Fio de silicone transparente, espessura: 0.7mm. por comprimento: 1000m.	ROLO	5	R\$ 132,30	R\$ 661,50
41.	Fio rabo de rato – Cor: dourado	ROLOS	12	R\$ 59,90	R\$ 718,80
42.	Fita cetim – 2 cm. Cores variadas.	ROLOS	12	R\$ 10,99	R\$ 131,88
43.	Fita cetim – 5 cm. Cores variadas.	ROLOS	12	R\$ 12,99	R\$ 155,88
44.	Fita Crepe - 18 mm x 50mm, cor bege	UNID	50	R\$ 2,90	R\$ 145,00
45.	Fita dupla face	UNID	12	R\$ 2,90	R\$ 34,80
46.	Fita Durex colorida, estreita, pequena, tipo monoface, medindo 12 mmx10m.	UNID	5	R\$ 8,11	R\$ 40,55
47.	Fita gorgorão 20mm bege (50mts)	ROLOS	6	R\$ 79,90	R\$ 479,40



ESTADO DE MINAS GERAIS

48.	Fita gorgorão 20mm branca (50mts)	ROLOS	6	R\$ 79,90	R\$ 479,40
49.	Fita viés fino - Cores: estampado, vermelho e verde.	ROLOS	12	R\$ 20,46	R\$ 245,52
50.	Folha de papel cartão. Cores variadas.	UNID	20	R\$ 49,00	R\$ 980,00
51.	Folha de papel presente sortidos	UNID	50	R\$ 9,09	R\$ 454,50
52.	Folhas de EVA - mínimo de 2 mm espessura, formato 45 x 60.Cores variadas.	UNID	400	R\$ 2,63	R\$ 1.052,00
53.	Folhas de papel camurça - cores variadas	UNID	500	R\$ 1,09	R\$ 545,00
54.	Gel para matizar – 100ml.	UNID	30	R\$ 10,00	R\$ 300,00
55.	Giz de cera - pequeno atóxico. Caixa com 12 unidades.	CAIXA	40	R\$ 35,90	R\$ 1.436,00
56.	Goma laca incolor – 100ml.	UNID	30	R\$ 52,02	R\$ 1.560,60
57.	Grampeador - Grampeador manual, de mesa, em metal cromado ou pintado, tamanho médio, carga mínima para 100 grampos referência 26 com 6mm de altura (26/6), capacidade para grampear folhas até a espessura de 3mm.	UNID	2	R\$ 122,89	R\$ 245,78
58.	Grampo - grampeador, referência 26/6, cobreado, acondicionado em caixa com 5000 unidades.	CAIXA	10	R\$ 7,89	R\$ 78,90
59.	Guardanapo de decoupage - sortidos	UNID	50	R\$ 2,20	R\$ 110,00



ESTADO DE MINAS GERAIS

i	CNPJ: 66.	232.321/U	JU1-02	Ī	Ì
60.	Isopor em placa 35mm 1mx50cm	UNID	10	R\$ 7,98	R\$ 79,80
61.	Laca à base de água – 100ml.	UNID	50	R\$ 18,44	R\$ 922,00
62.	Lápis de cor - Lápis de cor, caixa com 12 unidades.	CAIXA	60	R\$ 19,99	R\$ 1.199,40
63.	Lixa de unha	UNID	100	R\$ 1,70	R\$ 170,00
64.	Massa de modelar - com 12 cores, atóxica, peso 180 gr, macia e reaproveitável.	CAIXA	40	R\$ 35,71	R\$ 1.428,40
65.	Massa de modelar com 12 cores	CAIXA	100	R\$ 35,71	R\$ 3.571,00
66.	MDF grande para decoupagem 29,5 x 29,5cm.	CAIXA	60	R\$ 60,00	R\$ 3.600,00
67.	MDF pequena para decoupagem 20 x 17,5cm.	CAIXA	60	R\$ 60,00	R\$ 3.600,00
68.	Meia Perola grande 12mm	PCT	10	R\$ 34,99	R\$ 349,90
69.	Meia Perola peq 6mm	PCT	10	R\$ 30,99	R\$ 309,90
70.	Mesas de plástico	UNID	50	R\$ 70,24	R\$ 3.512,00
71.	Palito para churrasco 3.5x250mm pacote com 100 palitos	PCT	20	R\$ 5,90	R\$ 118,00
72.	Palito para picolé em madeira com ponta redonda, pacote com 100 unidades	PCT	20	R\$ 5,90	R\$ 118,00
73.	Palitos para picolé em madeira com ponta quadrada, pacote com 100 unidades	PCT	20	R\$ 5,90	R\$ 118,00
	unidades				



ESTADO DE MINAS GERAIS

ı	CNI J. 00.232.321/0001-02						
74.	Pano de prato alvejado (tecido para pintura saco) - Tecido Alvejado, Branco. Com a Largura Do Tecido: 0.68 CM, Comprimento do rolo: 25 Metros, Composição: 100 % Algodão.	ROLO	30	R\$ 119,50	R\$ 3.585,00		
75.	Papel carbono - para risco em tecido. Tamanho: 44,0cm x 66,0cm. Pacote com 10 unidades.	PCT	70	R\$ 2,20	R\$ 154,00		
76.	Papel carbono azul 210x297.	UNID	30	R\$ 43,93	R\$ 1.317,90		
77.	Papel Color Set - cores variadas	UNID	200	R\$ 9,00	R\$ 1.800,00		
78.	Papel com 100 folhas – colorido.	UNID	5	R\$ 18,50	R\$ 92,50		
79.	Pasta aba elástico tamanho ofício	UNID	10	R\$ 3,80	R\$ 38,00		
80.	Pasta de papel com elástico do cor verde escuro	UNID	200	R\$ 2,40	R\$ 480,00		
81.	Pasta para arquivo, material papelão. Sendo 50 pastas na cor verde.	UNID	150	R\$ 4,92	R\$ 738,00		
82.	Pasta sanfonada A4 com aba e elástico, 12 divisórias.	UNID	33	R\$ 9,20	R\$ 303,60		
83.	Pincel Chanfrado Nº 10 - Cabo longo, azul claro. Composição sintética marrom. Formato chanfrado.	UNID	24	R\$ 10,46	R\$ 251,04		



ESTADO DE MINAS GERAIS

1	CNFJ: 00.232.321/0001-02					
84.	Pincel Chanfrado Nº 12 - Cabo longo, cor branco. Composição: sintético - cor dourado Formato: chato	UNID	24	R\$ 14,61	R\$ 350,64	
85.	Pincel Chanfrado Nº 16 - Cabo longo, cor branco. Composição: sintético - cor dourado Formato: chato	UNID	24	R\$ 17,92	R\$ 430,08	
86.	Pincel Chanfrado Nº 2 - Cabo longo, azul claro. Composição sintética marrom. Formato chanfrado.	UNID	24	R\$ 2,70	R\$ 64,80	
87.	Pincel Chanfrado Nº 4 - Cabo longo, azul claro. Composição sintética marrom. Formato chanfrado.	UNID	24	R\$ 1,52	R\$ 36,48	
88.	Pincel Chanfrado Nº 6 - Cabo longo, azul claro. Composição sintética marrom. Formato chanfrado.	UNID	24	R\$ 6,36	R\$ 152,64	
89.	Pincel Chanfrado Nº 8 - Cabo longo, azul claro. Composição sintética marrom. Formato chanfrado.	UNID	24	R\$ 9,16	R\$ 219,84	
90.	Pincel piloto. Cores: Vermelho, preto e azul	UNID	6	R\$ 3,60	R\$ 21,60	
91.	Pincel Redondo Nº 0 - Cabo longo, cor branco. Composição: sintético - cor dourado Formato: redonda	UNID	24	R\$ 2,50	R\$ 60,00	



ESTADO DE MINAS GERAIS

i	CNPJ: 00.232.321/0001-82					
92.	Pincel Redondo Nº 00 - Cabo longo, cor branco Composição: sintético - cor dourado Formato: redonda	UNID	24	R\$ 2,60	R\$ 62,40	
93.	Pincel Trincha Simples Para: Verniz e selador.	UNID	20	R\$ 11,47	R\$ 229,40	
94.	Pistola de cola quente - Tamanho: grande.	UNID	12	R\$ 49,90	R\$ 598,80	
95.	Plástico encerado - Tamanho: 8m comprimento e 2m de largura, estampado	Metros	20	R\$ 36,00	R\$ 720,00	
96.	Plástico para pasta arquivo	UNID	100	R\$ 6,40	R\$ 640,00	
97.	Pregador de madeira	pct	20	R\$ 24,90	R\$ 498,00	
98.	Primer para Metais, Pet e Vidro -100ml. Sendo 30 nas cores prata e dourado.	UNID	40	R\$ 24,40	R\$ 976,00	
99.	Refil de cola quente fina	UNID	160	R\$ 7,30	R\$ 1.168,00	
100.	Régua de 50cm.	UNID	5	R\$ 5,15	R\$ 25,75	
101.	Rede de Vôlei Oficial 1,00x10,00 Reforçada no Fio 5.0mm com 4 Faixas em Lonas de 1.8mm e costura dupla	UNID	2	R\$ 518,50	R\$ 1.037,00	
102.	Rolinho de Pintura 9cm	unid	20	R\$ 8,06	R\$ 161,20	
103.	Rolo de sisal Espessura: 3 milímetros. 350 metros 100% Sisal	ROLO	2	R\$ 723,71	R\$ 1.447,42	
104.	Saquinho de purpurina – 08 gr Cores variadas	UNID	30	R\$ 1,30	R\$ 39,00	



ESTADO DE MINAS GERAIS

ı	CNFJ: 00.232.321/0001-02					
105.	Saquinhos de lantejoula, cores: azul escuro, amarelo, verde escuro e branco.	UNID	30	R\$ 1,30	R\$ 39,00	
106.	Saquinhos de miçangas - 150gr. Tamanho: grande, médio, pequeno. Cores variadas.	UNID	30	R\$ 1,30	R\$ 39,00	
107.	Termolina Leitosa	UNID	12	R\$ 37,90	R\$ 454,80	
108.	Tesoura de picotar 21cm.	UNID	5	R\$ 85,00	R\$ 425,00	
109.	Tesoura sem ponta 13 cm.	UNID	100	R\$ 7,41	R\$ 741,00	
110.	Tesoura sem ponta, primeira lâmina em aço inoxidável com 1,2mm.	UNID	30	R\$ 59,19	R\$ 1.775,70	
111.	Lata com Tiner, capacidade mínima de 900ml.	LATA	5	R\$ 75,00	R\$ 375,00	
112.	Tinta - cores variadas, pote em PVC resistente, com tampa lacrada, na cor específica do produto. Embalagem de 37g.	UNID	110	R\$ 5,80	R\$ 638,00	
113.	Tinta a óleo 3,600 cores sortidas	LATA	15	R\$ 38,20	R\$ 573,00	
114.	Tinta Guache 15ml. com 12 cores.	CAIXA	10	R\$ 117,00	R\$ 1.170,00	
115.	Tinta para tecido - 37ml.	UNID	110	R\$ 2,39	R\$ 262,90	
116.	Tintas PVA para artesanato - 250ml, cores variadas.	UNID	110	R\$ 67,70	R\$ 7.447,00	
117.	TNT com 50 metros- cores variadas	ROLOS	10	R\$ 119,90	R\$ 1.199,00	



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

118.	Livro de Ata enumeradas com no mínimo 100 paginas	UNID	6	R\$ 40,33	R\$ 241,98
119.	Verniz geral - 100ml.	UNID	21	R\$ 24,50	R\$ 514,50
					R\$ 112.093,99

2. JUSTIFICATIVA

Em razão da necessidade que a equipe do CRAS tem em realizar atendimentos das famílias beneficiárias do Bolsa Família e usuárias dos serviços ofertados pelo CRAS como oficinas e cursos de capacitação, bem como, servirá ainda para cumprir as metas pactuadas com a União no que se refere ao atendimento e acompanhamento das famílias referenciadas ao CRAS

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS

Os bens/materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de Serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto 5.450, de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.1993.

4. FORMA DE FORNECIMENTO

- 4.1. O licitante vencedor deverá entregar o (s) bem (ns), nos exatos termos estabelecidos no edital convocatório, na sede do Município, de acordo com a necessidade de consumo, de forma fracionada, em conformidade com a necessidade do Município de SÃO JOÃO DO MANHUACU.
- 4.2. Para atender a necessidade, a Contratada deverá efetuar a entrega do (s) bem (ns), no prazo máximo de até 07 (sete) dias após a solicitação, Município de São João do Manhuaçu, de acordo com a necessidade de consumo do Município de São João do Manhuaçu, na quantidade necessária, conforme consta no Edital Convocatório, devendo estar em perfeita condições de uso/consumo e adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, tudo em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93.



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO IX – ORIENTAÇÃO DE PREENCHIMENTO DE PROPOSTA ARQUIVO ELETRÔNICO

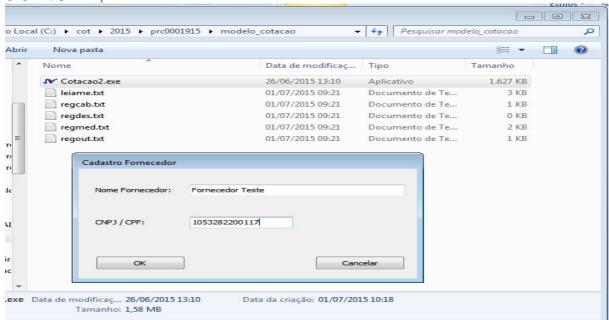
Acesso do Fornecedor ao Programa Cotação:

1º Passo: Extrair o arquivo zipado enviado por e-mail ou baixado em algum lugar disponibilizado pela entidade;

2º Passo:

- (SE ENVIADO POR E-MAIL): Alterar o nome do arquivo "cotacao2.ex" (ou o nome que foi colocado) e colocar cotacao2.exe;
- (SE BAIXADO NO SITE): O programa cotação já estará pronto para ser executado.

3º Passo: Execute o programa "cotação2.exe", e entre com o nome do fornecedor e o CPF/CNPF;

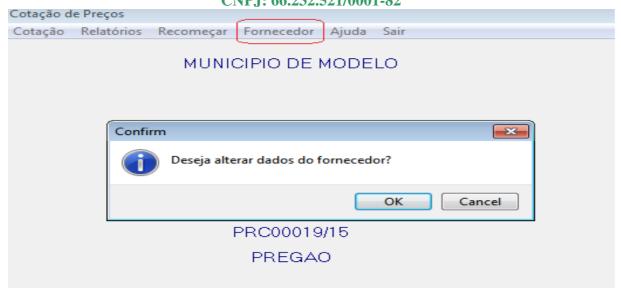


OBS: O CNPJ/CPF tem que ser VÁLIDO, caso contrário não será acessado o sistema de cotação. Clique "ok";



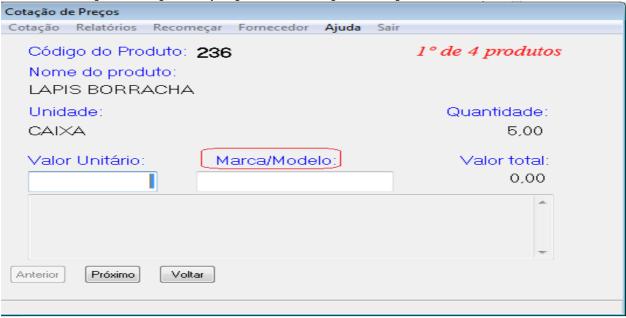
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82



OBS.: Em caso de erro de digitação dos dados (Nome do fornecedor e CNPJ/CPF), pode-se corrigi-los através da aba "fornecedor", como informado na figura acima.

4º Passo: Faça a cotação de preços Aba Cotação/Cotação Geral:



- 5º Passo: Preencher a proposta dos itens interessados.
- 6º Passo: Impressão da proposta final; será gerado um relatório com os valores e marcas digitados na tela de cotação, no final do relatório o sistema gera um código validador, que será usado pelo usuário da prefeitura; ex:



ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992 CNPJ: 66.232.521/0001-82

Valor total da proposta: R\$ 74,00

17680326716

Código de validação

O fornecedor deve trazer no dia da licitação a pasta completa com os arquivos em um pen drive, como seque abaixo:

cili dili peli	arrec, como acgue al	Juixo.		
cliente.cot		01/07/2015 10:35	Arquivo COT	1 KB
№ Cotacao2.exe	:	26/06/2015 13:10	Aplicativo	1.627 KB
dados.cot		01/07/2015 10:41	Arquivo COT	1 KB
leiame.txt		01/07/2015 09:21	Documento de Te	3 KB
regcab.txt		01/07/2015 10:29	Documento de Te	1 KB
regdes.txt		01/07/2015 09:21	Documento de Te	0 KB
regin.txt		01/07/2015 10:42	Documento de Te	1 KB
regmed ***		01/07/2015 00-21	D-cumento de Te	2 KB
regout.i	Edit with Notepad++ Escanear o local selecionado à Add to archive Add to "modelo_cotacao.rar" Compress and email Compress to "modelo_cotaca Enviar para Recortar		tumento de Te	1 KB
	Copiar			